SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
N° 240, DE 2005

Solicita informações à Srª Ministra de Estado das Minas e Energia sobre o déficit do Fundo de Pensão da Petrobrás – PETROS, e sobre os possíveis prejuízos acumulados por aquela empresa em função do atraso na entrega de plataformas de exploração de petróleo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Srª Ministra de Estado das Minas e Energia sobre o déficit do Fundo de Pensão da Petrobrás – PETROS, e sobre os possíveis prejuízos acumulados por aquela empresa em função do atraso na entrega de plataformas de exploração de petróleo:

1. Qual o destino dado aos R$800 milhões do resultado da Petros de 2002 que deveria ter sido coberto, integralmente, pelos beneficiários do plano de beneficio definido?

2. Como foi de fato constituído o plano contribuição definida "Plano Petrobrás Vida" e quantos funcionários escolheram esta opção?

3. Por que em menos de dois anos foi feita uma nova revisão da tábua de mortalidade?

4. A tábua de mortalidade adotada pela Petros (Tábua AT-2000) que mostra uma expectativa de vida de 86 anos para os participantes é a mesma para os demais fundos de pensão patrocinados por empresas estatais?

5. Dado que o plano Petros de benefício definido foi fechado pela administração da Petros em agosto de 2002, por que até março de 2005 a nova administração da Petros não adotou ainda um novo plano de previdência para oferecer aos seus novos funcionários?

6. Qual a origem e de que forma a Petrobrás vai cobrir as despesas não previstas com o plano de saúde dos funcionários no valor de R$5 bilhões?

7. Qual é o entendimento da Secretaria de Previdência Complementar sobre os déficits dos planos da Petros?

8. Qual a posição do Tesouro Nacional sobre a responsabilidade do governo nesses déficits?

9. Houve aprovação da SEST – Secretaria de Controle das Estatais do Ministério do Planejamento, ou seja, está havendo cuidado com os recursos públicos?

10. A direção da Petrobras está ciente e de acordo com a gestão desses planos instituídos? Que regras estariam sendo adotadas para se evitar riscos para as patrocinadoras atuais com a gestão desses fundos instituídos?

11. Qual é o custo administrativo da Petros em relação às suas contribuições? Está sendo observada a prudência de se limitar às despesas administrativas a um máximo de 20% das contribuições anuais?

12. Qual foi a queda na produção nacional de petróleo em 2004?

13. Levando em conta os preços internacionais do petróleo, quanto a Petrobrás deixou de ganhar naquele ano?

14. Qual a justificativa para a queda na produção, fato que não ocorria desde 1991?

15. O que justificou a decisão da Petrobrás de não cobrar a multa pelo atraso na entrega das plataformas P-43 e P-48?

16. Na campanha eleitoral à Presidência da República, o Presidente Lula dizia que a construção de plataformas de exploração de petróleo em Cingapura era um absurdo, pois os estaleiros brasileiros poderiam fazer as plataformas, criando milhares de empregos no País. O que aconteceu com essas plataformas no atual governo? Onde foram construídas? Qual foi o custo para a Petrobras?

Justificação

Em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos no último dia 5 de abril, que contou com a presença do Presidente da Petrobras, muitas indagações minhas ficaram sem resposta.

Dessa forma, o objetivo deste requerimento é oferecer ao ilustre presidente da Petrobras a oportunidade para que possam ser prestados os devidos esclarecimentos sobre as questões que estão acima elencadas.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 07- 04 - 2005

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF
OS:11683 / 2005